

# DESGOVERNO



Um país em crise, um governo em descrença, um setor público falido e um plano para reverter isso: mais tributo. O Brasil está em crise porque nos últimos anos o governo se recusou a implementar reformas para aumentar sua produtividade. Ainda gastamos muito tempo para entender quais tributos pagar e como pagar, ao invés de dedicarmos esforços às nossas atividades. Falou-se muito, fez-se quase nada. O Planalto está em descrença porque suas pílulas de crédito, desonerações pontuais e excessos de gastos que prometiam crescimento duradouro se mostraram como placebo: causam um efeito psicológico, mas depois revelam que não contribuem para a melhora do quadro. Pelo contrário, são responsáveis pela falência do setor público brasileiro. E agora, para resolver tudo isso, o governo quer aprovar a CPMF - tributo que o Congresso Nacional não autorizou sua manutenção em 2007.

Apesar de gerar arrecadação alta e ser de fácil operacionalização, a CPMF é um tributo que não encontra par em nenhum outro país, por ser distorcido e ineficiente. Se voltasse, seria mais uma das muitas jabuticabas brasileiras que tornam a vida do cidadão comum muito cara. Estima-se que, a uma alíquota de 0,20%, o governo arrecadaria cerca de R\$ 40 bilhões a mais por ano. Mas isso não significa que a população teria mais saúde, educação e segurança. Ao longo dos últimos anos, o governo arrecadou mais, e todos nós sabemos os serviços oferecidos. A única certeza que temos é que para arrecadar R\$ 40 bilhões, cada brasileiro

deverá deixar de comprar, em média, cerca de 7 litros de leite por mês.

O governo anunciou com pompa, mas não fez a reforma administrativa que prometeu, sua parte no enfrentamento da crise. Nos prédios de Brasília ainda se encastelam os amigos da rainha. Mesmo com ministérios fundidos, mudou-se nomes para não mudar nada. Os gastos cortados foram nos investimentos, as reduções foram de vento. Estamos fartos de ver bilhões de reais jogados fora em ineficiência e corrupção. O Estado brasileiro precisa gerenciar melhor os recursos que arrecada e eleger prioridades. Basta de tanto imposto!



**LUIZ CARLOS BOHN**  
Presidente da Fecomércio-RS

\*Artigo publicado originalmente no jornal Zero Hora edição de 23/02/16.

## Agenda Legislativa

Foi lançada no dia 23 na sede da Fecomércio em Porto Alegre, a Agenda Legislativa 2016. A ocasião contou com autoridades e inúmeros deputados. A Agenda consta de todos os Projetos de Lei que tramitam na Assembleia Legislativa e que tenham a ver com a Federação.

## Sindilojas faz parte da Renalegis

Foi nomeado pela diretoria o executivo Edson Medeiros, como representante do Sindilojas Canoas, para participar da Rede Nacional de Assessorias Legislativas - Renalegis, que tem por objetivo monitorar todos os assuntos de interesse do comércio, que tramitam como Projetos de Lei em suas várias instâncias. Assim como Edson, do Sindilojas Canoas ficará responsável pelas cidades da região base, o mesmo acontece no âmbito estadual com a Fecomércio e com a CNC a nível nacional.



Certificado Digital  
é no **Sindilojas  
Canoas**

Parceira na Certificação Digital  
**safeWeb**  
Segurança da Informação

**Sindilojas**  
Canoas